



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2024-0107
BI-2024-0113

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 17/07/2024 **Hora:** 14h40 **Tipo:** Plano Operacional (PO-2024-0004)

Motivo da inspeção: Seguimento

Inspetor responsável: Luis MAS. Machado

Outros inspetores da IRA: António MR. Moutinho

Descrição da inspeção:

A inspeção de seguimento teve como objetivo verificar o cumprimento da notificação SAI-N-2023-0150. No local foi contactada a rececionista da oficina, que forneceu os esclarecimentos e documentação solicitados e acompanhou a visita às instalações.

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Auto Canadinhos, Unipessoal, Lda. **NIPC/NIF:** 513907114

Sede/morada: Rua do Ilhéu s/n

Código Postal: 9880-201 **Freguesia:** São Mateus

Concelho: Santa Cruz da Graciosa **Ilha:** Ilha da Graciosa

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Oficina - Auto Canadinhos, Unipessoal LDA.

Endereço: Rua do Ilhéu s/n

Código Postal: 9880-201 **Freguesia:** São Mateus

Concelho: Santa Cruz da Graciosa **Ilha:** Ilha da Graciosa

Atividade principal: 45200 - Manutenção e reparação de veículos automóveis

Outras atividades: -

Período de funcionamento: 09h00 – 12h30; 14h00 – 18h00



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

Licenciamento da atividade: Alvará de utilização n.º 06/2020, da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa



Figura 1 - Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

Na inspeção realizada em Inspeções 20/09/2023 (BI-2023-0110) foram verificadas as seguintes irregularidades:

- a) Não foi evidenciada a entrega dos resíduos metálicos, produzidos no estabelecimento desde 2019 a 2022, a um operador autorizado;
- b) Alguns contentores de resíduos nos locais de produção não se encontravam identificados com o nome comum e o código LER dos resíduos;
- c) O plano interno de prevenção e gestão de resíduos não se encontrava disponível no estabelecimento nem era do conhecimento dos funcionários que acompanharam a inspeção.
- c) do n.º 1 artigo 229.º do mesmo diploma, punível com coima de 2000€ a 36 000€ nos termos do n.º 2, alínea b), do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

- d) Não preencheu os mapas de registo no Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR) até ao termo do mês de fevereiro de cada ano;
- e) O incumprimento da obrigação de armazenamento dos resíduos de baterias e acumuladores em recipientes estanques.

Na notificação SAI-N-2023-0150, foram notificados para dar cumprimento às seguintes medidas:

1. Todos os resíduos produzidos no estabelecimento, incluindo os absorventes contaminados, os filtros de óleo, os resíduos metálicos ou outros, só podem ser entregues a entidades ou operadores licenciados ou concessionados para a sua gestão. O transporte dos resíduos produzidos no estabelecimento, com exceção dos resíduos urbanos, deve ser acompanhado de guia de transporte a emitir nos termos previstos na Portaria n.º 1879/2017, de 19 de dezembro (e-GAR);
2. Todos os contentores de armazenamento temporário de resíduos utilizados no estabelecimento devem ter a identificação dos resíduos a que se destinam, por nome comum e código LER;
3. Deverá elaborar um plano interno de prevenção e gestão de resíduos e submetê-lo para aprovação por parte da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas;
4. Até final do mês de fevereiro de cada ano deverá submeter na plataforma do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (<https://srir.azores.gov.pt/>) o mapa de registo de resíduos relativo ao ano civil anterior;
5. Os resíduos de baterias e acumuladores devem ser acondicionados em recipientes estanques, de material que não reaja com os componentes dos referidos resíduos;
6. Deverá realizar uma campanha de autocontrolo ao parâmetro “óleos minerais” antes do final de 2023, em cumprimento da cláusula 19 da licença de descarga de águas residuais titulada pelo alvará n.º AR/2022/100.

2.2 – Descrição da situação observada

Na inspeção de seguimento, e após a análise dos documentos remetidos pela empresa, foi possível verificar o seguinte, relativamente às medidas imposta na notificação SAI-N-2024-0150:

- I. Comprovaram o envio, em 2024, para operadores de gestão de resíduos licenciados (através da apresentação das respetivas e-GAR's), das seguintes tipologias de resíduos produzidas: Pneus usados (160103) - 09/01/2024 e 15/01/2024 - CPR Graciosa; Absorventes contaminados (150202*) - 04/04/2024 - CPR Graciosa; Embalagens contaminadas (150110*) - 04/04/2024 - CPR Graciosa; Metais ferrosos (160117) - 04/04/2024 - CPR Graciosa; Filtros de óleo (160107*) - 04/04/2024 - CPR Graciosa e Óleos usados (130208*) - 04/06/2024 – Bencom;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

- II. Nem todos os contentores e locais de armazenamento temporário de resíduos existentes nas instalações tinham a identificação dos resíduos a que se destinam, por nome comum e código LER, nomeadamente: o reservatório para os óleos usados; local no exterior das instalações onde se encontravam armazenados pneus usados e metais ferrosos e não ferrosos; baldes pretos com tampa azul e com pedal existentes no interior das instalações e que continham uma mistura de resíduos diversos (embalagens contaminadas, absorventes contaminados, embalagens de cartão e outros), revelando uma deficiente separação dessas tipologias de resíduos produzidos;
- III. Elaboraram, em 26/02/2024, um Plano Interno de Prevenção e Gestão de Resíduos (PIPGR), que foi aprovado pela DRAAC em 04/03/2024, através da comunicação SAI-SRAAC/2024/2384, encontrando-se o mesmo disponível no estabelecimento (afixado no *placard* à entrada das instalações);
- IV. Submeteram plataforma do SRIR, em 01/02/2024, o mapa de registo de resíduos relativo ao ano de 2023;
- V. Os acumuladores encontravam-se acondicionados em recipiente adequado ao armazenamento desta tipologia de resíduos;
- VI. Realizaram uma campanha de autocontrolo ao parâmetro “óleos minerais” em 21/11/2023, em cumprimento da cláusula 19 da licença de descarga de águas residuais titulada pelo alvará n.º AR/2022/100.

Em suma, cumpriram a totalidade das medidas impostas na notificação SAI-N-2023-0150, com exceção da medida 2 (“Todos os contentores de armazenamento temporário de resíduos utilizados no estabelecimento devem ter a identificação dos resíduos a que se destinam, por nome comum e código LER”), uma vez que dispunham de alguns contentores e locais de armazenamento temporário de resíduos sem a necessária identificação. Além disso verificou-se uma deficiente separação de algumas tipologias de resíduos produzidos, nomeadamente: embalagens contaminadas; absorventes contaminados; embalagens de cartão e outros, que se encontravam misturados no interior do mesmo recipiente (baldes pretos com tampa azul e com pedal).

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) Deficiente separação de algumas tipologias de resíduos produzidos, nomeadamente: embalagens contaminadas; absorventes contaminados; embalagens de cartão e outros, que se encontravam misturados no



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA
Inspeção Regional do Ambiente

interior do mesmo recipiente (baldes pretos com tampa azul e com pedal). O incumprimento da separação dos resíduos produzidos, por forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras, viola o disposto no n.º 5 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constituindo contraordenação ambiental leve nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma, punível com coima de 2000€ a 36 000€ nos termos do n.º 2, alínea b), do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual;

- b) Alguns contentores e locais de armazenamento temporário de resíduos, nos locais de produção, não se encontravam identificados com o nome comum e o código LER dos resíduos, nomeadamente: o reservatório para os óleos usados; local no exterior das instalações onde se encontravam armazenados pneus usados e metais ferrosos e não ferrosos; baldes pretos com tampa azul e com pedal existentes no interior das instalações. O seu incumprimento viola o disposto na alínea f) do artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constituindo contraordenação ambiental leve nos termos da alínea f), ii), do n.º 1 do artigo 229.º do mesmo diploma, punível com coima de 2000€ a 36 000€, nos termos do n.º 2, alínea b), do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual.

4 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Proceder a uma melhor separação dos resíduos produzidos, por forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras, bem como identificar todos os contentores e locais de armazenamento temporário de resíduos com o nome comum e respetivo código LER.

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento. Ponta Delgada, 8 de agosto de 2024
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: